

## **Governo deveria priorizar aumento do Bolsa Família contra pobreza, diz ex-ministro de Dilma**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Pressionar o governo por um aumento real no Bolsa Família, e não no salário-mínimo, deve ser a pauta prioritária de uma agenda de combate à . A opinião é do economista Marcelo Neri, ex-ministro de Assuntos Estratégicos do governo Dilma e atual diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Neri conversou com o 6 Minutos nesta terça-feira (17) sobre estudos da equipe econômica do governo, que trabalham com a hipótese de tentar aprovar no Congresso o fim do reajuste obrigatório do salário-mínimo pela inflação, em mais uma medida para tentar diminuir o déficit das contas públicas. Para o economista, a medida não teria um impacto tão grande quanto um eventual não-reajuste do Bolsa Família. “Em 2015, o governo deu aumento real para o mínimo, mas congelou o Bolsa Família. O resultado foi o aumento da pobreza em 19% e da pobreza extrema em 23%”, disse. Por que isso aconteceu? Segundo o economista, que também presidiu o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a grande questão está na legislação brasileira, que prevê a correção de uma série de benefícios com base na alta do salário-mínimo. Como impacta em uma cadeia de custos para os cofres públicos, o dinheiro acaba concentrado, segundo levantamentos do pesquisador, em quem está no extrato médio da distribuição de renda. Além disso, por ser caro (cerca de R\$ 300 milhões a cada R\$ 1, segundo o Ministério da Economia), comprime o orçamento e reduz a margem para investimentos em políticas sociais. “Hoje, um aumento no salário-mínimo beneficia principalmente quem está um pouco acima da mediana na distribuição de renda, tendo impacto pouco afiado sobre a pobreza. No mercado de trabalho, são 10,5% os que possuem renda de até um salário. Já quando se analisa o Bolsa Família, esse percentual sobe para 56,6%”, argumenta. “A cada R\$ 1 em aumento do benefício, o impacto é maior”. E o Bolsa Família vai aumentar? O projeto de lei para 2020 não traz perspectivas animadoras para o pesquisador. Segundo o projeto enviado pela equipe do ministro Paulo Guedes ao Congresso, estão reservados para o programa os mesmos R\$ 30 bilhões empregados em 2019. Vale lembrar que uma das promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro é a de criar um décimo-terceiro salário para os beneficiários do programa. Segundo Bolsonaro, o dinheiro virá de combate à “fraudes”. Marcelo Neri disse ter conversado com parlamentares, que cogitariam apoiar os planos do governo em troca de garantir a alta do Bolsa Família pela inflação. Para o economista, apesar do mérito de buscar mais investimento no programa, essa pode não ser a solução. “Indexar é uma alternativa ruim, porque prende o governante e impede até de aumentar mais”, argumenta. Quais são os planos do governo? Em aperto fiscal, a equipe econômica viu na possibilidade de congelar o reajuste do mínimo uma alternativa para aliviar a situação. Segundo estimativas, a economia seria da ordem de R\$ 35 bilhões, justamente considerando os outros gastos que sobem em decorrência da alta do piso salarial. Oficialmente, a proposta para 2020 prevê aumento. Pela proposta de orçamento, o salário-mínimo subiria apenas com a reposição da inflação, dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.039, a partir de janeiro do ano que vem. O meio que o governo utilizaria para encaminhar a mudança seria através de um adendo a uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) apresentada pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ). O projeto do parlamentar fluminense regulamenta a regra de ouro e cria mecanismos para evitar o crescimento dos gastos obrigatórios do governo. (Com Estadão Conteúdo)

 O economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV